

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ

## Edital 7/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	927045-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ	NAIARA BETANIA VASQUES VIANA	29/04/2026 08:49 (v 0.8)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		004953/2025

## 1. DO OBJETO

## PREGÃO ELETRÔNICO

90006/2026

## CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

927045

## OBJETO

Aquisição de bandeiras oficiais, mastros, bases e rosetas, destinados à recomposição, padronização e atualização da identificação visual institucional do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, por meio de Sistema de Registro de Preços.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 43.107,57 (quarenta e três mil, cento e sete reais e cinquenta e sete centavos).**

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia **19/05/2026** às **09h** (horário de Brasília)

Prazo para pedidos de esclarecimento e impugnações é **06/05/2026**.

## **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO**

Prazo até 13/05/2026

E-mail protocolo@tce.ap.gov.br c/c para cpl@tce.ap.gov.br

## **Critério de Julgamento:**

Menor preço por grupo

## **Modo de disputa:**

Aberto

## **TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**

## **MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

**NÃO**

## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026**

(Processo Administrativo nº.004953/2025)

Torna-se público que o(a) Tribunal de contas do Estado do Amapá, por meio do(a) Coordenação de Compras e Contratos, sediado Avenida FAB, nº 900, Centro - Macapá/AP, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

- Lei 14.133/2021;
- Decreto Estadual 1716/2023 – Regulamento Registro de Preço;
- Resolução Executiva TCE/AP, nº 106/2023 – Dispõe sobre os Procedimentos nas contratações - (disponível em [www.tce.ap.gov.br](http://www.tce.ap.gov.br) – Normas Internas);
- Lei Complementar Federal 123/06(ME/EPP);
- Lei Complementar Estadual 108/2018(ME/EPP/MEI);

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de bandeiras oficiais, mastros, bases e rosetas, destinados à recomposição, padronização e atualização da identificação visual institucional do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 11 (onze) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência nº 017/2026-DPLANC/TCE-AP, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. Os itens que compõem o objeto desta contratação — bandeiras, mastros, bases e rosetas — formam um conjunto cerimonial integrado, cujos componentes devem guardar compatibilidade técnica entre si, especialmente quanto ao diâmetro dos mastros e ao encaixe das bases.

1.3.1. A adjudicação por lote único encontra amparo no art. 40, §3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que admite a não adoção do parcelamento quando a maior vantagem na contratação recomendar a aquisição do conjunto pelo mesmo fornecedor.

1.3.2. No caso concreto, a fragmentação do objeto entre fornecedores distintos não agregaria valor técnico à contratação, diluiria a responsabilidade pelo conjunto entregue e multiplicaria os custos administrativos de forma desproporcional ao valor global estimado em desacordo com o princípio da eficiência que norteia as contratações públicas.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e eventuais participantes, bem como às condições de adesão à Ata de Registro de Preços, são as que constam da Minuta de Ata de Registro de Preços, anexo integrante deste Edital, elaborada nos termos do art. 82 e seguintes da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023, e do Decreto Estadual n. 1.716/2023.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. A participação nesta licitação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, tendo em vista que o valor estimado do grupo único é de R\$ 43.107,57 (quarenta e três mil, cento e sete reais e cinquenta e sete centavos), inferior ao limite estabelecido para esse fim.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual — MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, na Lei Complementar Estadual nº 108/2018 e no Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, tendo em vista a natureza do objeto — aquisição de bens comuns de baixo valor estimado — que não recomenda a associação de empresas para fins de participação, nos termos do art. 15, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

3.9.12. pessoas físicas.

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não é de caráter sigiloso e corresponde ao valor total de R\$ 43.107,57 (quarenta e três mil, cento e sete reais e cinquenta e sete centavos), apurado com base na média aritmética dos preços coletados em quatro fontes independentes, conforme Relatório de Pesquisa de Preços nº 13 /2026-DPLANC/TCE-AP e Mapa de Preços nº 10/2026-DPLANC/TCE-AP, integrantes dos autos do Processo Eletrônico nº TC/004953/2025-TCE/AP.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

### 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. No caso das empresas beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto nos arts. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6.1. Sendo a participação nesta licitação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame.
- 5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;
- 5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

- 5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9. A falsidade das declarações de que tratam os itens 5.3, 5.6 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta, obedecendo às seguintes regras:
- 5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem anterior.
- 5.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 5.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. valor unitário e valor total de cada item integrante do grupo único, expresso em reais;
- 6.1.2. marca;
- 6.1.3. fabricante;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, devendo apresentar proposta para todos os itens que compõem o grupo único.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer

tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.7. Na presente licitação, a microempresa e a empresa de pequeno porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.**

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Modelo da Proposta (Anexo I);

6.12. Será desclassificada a proposta que apresentar preço unitário superior ao máximo estabelecido para qualquer dos itens constantes da tabela acima, ainda que o valor total do grupo respeite o teto global previsto no item 6.11.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização perante os órgãos de controle externo competentes e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo único, observados os preços unitários máximos por item estabelecidos no item 6.12 deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de percentual entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de 1% (um por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto, na forma dos subitens seguintes.

7.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme abaixo:

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de



duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no subitem anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Encerrada a etapa de lances, sendo a licitação realizada de forma exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, serão consideradas empatadas as propostas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta de menor preço, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.18.1. A licitante mais bem classificada nessa condição terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.2. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

7.18.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas licitantes que se encontrem nessa faixa, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.4. A obtenção do benefício previsto neste item fica limitada às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais não seguidas de lances.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Amapá;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo único, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o TCE/AP, sendo observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no item 6.12 deste Edital.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência nº 017/2026-DPLANC/TCE-AP, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, caso não estejam regularizados no SICAF:

#### **9.4.1. Habilitação Jurídica:**

9.4.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.4.1.2. Microempreendedor Individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual — CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.4.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal — SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada — EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.4.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.4.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.4.1.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

9.4.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.4.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

9.4.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.4.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

9.4.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS;

9.4.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

9.4.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.2.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.2.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.4.2.8. o licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

#### **9.4.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

9.4.3.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos termos do art.

69, caput, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **9.4.4. Qualificação Técnica:**

9.4.4.1. comprovação de aptidão para fornecimento de bens compatíveis em características com o objeto desta contratação, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento anterior de bandeiras, mastros ou materiais similares de identificação visual institucional.

9.4.4.2. não será exigido quantitativo mínimo para fins de qualificação técnica, considerando tratar-se de bens padronizados, de baixa complexidade técnica e com amplo mercado fornecedor.

9.4.4.3. o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, quando solicitado pela Administração.

#### **9.4.5. Disposições gerais sobre habilitação:**

9.4.5.1. não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

9.4.5.2. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.4.5.3. serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.5. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.7. A verificação pelo Agente de Contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

9.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

9.8. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.8.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.9. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.7.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados, em até 2 (duas) horas, para:

9.9.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

- 9.9.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.9.4. suprimimento da ausência de certidão ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.10. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade, implicando a inabilitação do licitante.

9.11. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos.

9.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

9.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o TCE/AP para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico — e-TCE — para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após o recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante toda a vigência do contrato, bem como a consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal — CADIN.

10.7.1. A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital, nos termos da Resolução Executiva nº 108/2023-TCE/AP, pelo sistema e-TCE, e disponibilizada no sistema de registro de preços e no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP.

11.4. Será formalizada uma Ata de Registro de Preços contemplando o grupo único objeto desta licitação, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, por igual período, desde que observadas cumulativamente as seguintes condições: manifestação formal da CERCOM/TCE-AP quanto à necessidade de manutenção da demanda; demonstração de que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração, mediante pesquisa de mercado atualizada; e anuência do fornecedor registrado, conforme previsto no Termo de Referência nº 017/2026-DPLANC/TCE-AP e no Parecer Jurídico Referencial 001/2026-Conjur-TCE/AP, de 13/03/2026..

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.tce.ap.gov.br](http://www.tce.ap.gov.br).

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços ou em aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas neste Edital.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por meio eletrônico, mediante envio para o endereço [protocolo@tce.ap.gov.br](mailto:protocolo@tce.ap.gov.br), com cópia para [cpl@tce.ap.gov.br](mailto:cpl@tce.ap.gov.br), identificando no assunto o número do Pregão Eletrônico e do Processo Eletrônico correspondentes.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP e no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amapá: [www.tce.ap.gov.br](http://www.tce.ap.gov.br).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Modelo da Proposta

16.11.2. Anexo II – Termo de Referência;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Ordem de Fornecimento;

16.11.4. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Macapá, 28 de abril de 2026.

**JOSÉ GUILHERME SANTOS**

**Agente de Contratação do TCE/AP**

**Portaria nº 102/2026 - TCE/AP**

**(DOE 2174/2026)**

## **17. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Elaboração do Edital

**NAIARA BETANIA VASQUES VIANA**

DPLANC

Despacho: Revisão do Edital

# **SIMONE APARECIDA ZANATTA**

DPLANC

**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E CONTRATOS  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO**

**ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA**

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, estabelecida no (a) (Rua, AV., Bairro, CEP, Telefone: \_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_), para **serviços** abaixo relacionados, conforme estabelecido no Pregão nº XX/2026-TCE/AP, para fornecimento dos seguintes:

Obrigatório informar e-mail para comunicação pelas partes.

Na PROPOSTA Escrita deverá ser considerada a metodologia e estimativas abaixo:

**GRUPO/LOTE ÚNICO:**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / FABRICANTE	CATMAT	UNID.	QUANT.	V. UNIT	V. ESTIMADO
01	<b>Bandeira do Brasil – uso interno:</b> Bandeira nacional confeccionada em tecido Oxford de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com bordado de execução fiel aos símbolos e elementos gráficos oficiais, em conformidade com a Lei nº 5.700/1971 e a Lei nº 8.421/1992. Cores vivas e resistentes, sem desbotamento. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral para encaixe nos mastros. Destinada a ambientes internos. Embalada		88116330	Unid.	10	197,24	1.972,40

**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E CONTRATOS  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO**

	individualmente de forma a preservar a integridade do bordado.						
02	<b>Bandeira do Brasil – uso externo:</b> Bandeira nacional confeccionada em tecido 100% poliéster de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com impressão por sublimação em alta definição, assegurando vivacidade e estabilidade das cores, resistência a intempéries, umidade e exposição solar, em conformidade com a Lei nº 5.700/1971 e a Lei nº 8.421/1992. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Destinada a mastros externos e ambientes abertos. Embalada individualmente.		88116330	Unid.	5	181,77	908,87
03	<b>Bandeira do Estado do Amapá – uso interno:</b> Bandeira do Estado do Amapá confeccionada em tecido Oxford de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com bordado de execução fiel à representação oficial dos símbolos estaduais. Cores vivas e resistentes. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Destinada a ambientes internos. Embalada individualmente de forma a preservar a integridade do bordado.		88116330	Unid.	10	139,42	1.394,23
04	<b>Bandeira do Estado do Amapá – uso externo:</b> Bandeira do Estado do Amapá confeccionada em tecido 100% poliéster de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com impressão por sublimação em alta definição, assegurando vivacidade e estabilidade das cores e resistência a intempéries. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na		88116330	Unid.	5	122,75	613,76

**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E CONTRATOS  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO**

	lateral. Destinada a mastros externos e ambientes abertos. Embalada individualmente.						
05	<b>Bandeira do TCE/AP – uso interno:</b> Bandeira do Tribunal de Contas do Estado do Amapá confeccionada em tecido Oxford de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com bordado de execução fiel ao brasão e elementos gráficos oficiais da instituição. Cores vivas e resistentes. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Destinada a ambientes internos. Embalada individualmente de forma a preservar a integridade do bordado.		88116330	Unid.	10	159,30	1.593,03
06	<b>Bandeira do TCE/AP – uso externo:</b> Bandeira do Tribunal de Contas do Estado do Amapá confeccionada em tecido 100% poliéster de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com impressão por sublimação em alta definição, assegurando vivacidade e estabilidade das cores e resistência a intempéries. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Destinada a mastros externos e ambientes abertos. Embalada individualmente.		88116330	Unid.	5	187,86	939,28
07	<b>Bandeiras dos Municípios do Estado do Amapá – uso interno:</b> Conjunto de 32 (trinta e duas) bandeiras municipais, correspondentes a cada um dos municípios do Estado do Amapá: Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itauba, Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho e Vitória do Jari. Cada unidade confeccionada em tecido		88116330	Unid.	32	235,30	7.529,44



**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E CONTRATOS  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO**

	Oxford de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com bordado de execução fiel aos símbolos e cores oficiais de cada município. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Embaladas individualmente, com identificação do município correspondente.						
08	<b>Base para mastro – modelo individual:</b> Base para mastro confeccionada em madeira de lei com acabamento em verniz, de formato circular, com altura de 70mm e diâmetro de 280mm, admitindo-se variação de até ±5%. Dotada de encaixe com canopla em aço inoxidável para fixação de 1 (um) mastro de diâmetro de 2,5cm. Sapata em aço inoxidável na base inferior, garantindo estabilidade, proteção superficial e durabilidade do conjunto. Acabamento compatível com ambientes institucionais internos.		88120508	Unid.	24	331,89	7.965,36
09	<b>Base para mastro – modelo triplo:</b> Base para mastro confeccionada em madeira de lei com acabamento em verniz, com dimensões de 24cm x 16cm x 46cm (largura x altura x comprimento), admitindo-se variação de até ±5%. Dotada de 3 (três) suportes individualizados com canoplas em aço inoxidável, fixados por meio de 3 (três) orifícios destinados à sustentação simultânea de 3 (três) mastros de diâmetro de 2,5cm. Sapata em aço inoxidável na base inferior, garantindo estabilidade e durabilidade do conjunto. Acabamento compatível com uso institucional interno em ambientes cerimoniais.		88120508	Unid.	2	484,49	968,97
10	<b>Mastro em alumínio:</b> Mastro para bandeira confeccionado em alumínio, com diâmetro de 2,5cm e altura de 2,20m. Ponteira cônica em alumínio com 25cm		88120508	Unid.	32	377,46	12.078,83

**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E CONTRATOS  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO**

	de altura, de padrão institucional. Dotado de 2 (duas) presilhas para fixação nos ilhoses da bandeira e encaixes de redução interna nas extremidades para facilitar a montagem e desmontagem sem necessidade de ferramentas. Compatível com bandeiras nas dimensões 1,12m x 1,60m e com bases de encaixe de diâmetro 2,5cm. Acabamento uniforme e resistente ao uso contínuo em ambientes internos.						
11	<b>Roseta para Bandeira do Brasil:</b> Roseta decorativa para uso cerimonial, confeccionada em tecido cetim, com diâmetro total de 12cm. Borda em cetim verde com largura de 3cm, miolo em cetim amarelo com 3cm e botão central em cetim azul com 2,5cm de diâmetro, reproduzindo as cores nacionais oficiais. Faixas pendentes em cetim com comprimento de 53cm e franja de 3cm, nas cores verde na lateral externa e amarela na parte interna. Acabamento com costura reforçada e estrutura que preserve a forma circular. Embalada individualmente de forma a preservar a integridade das faixas e franjas.		88121890	Unid.	54	132,29	7.143,39
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>						<b>R\$ 43.107,57</b>	

Local e DATA

Razão Social

Responsável

A proposta da empresa deverá indicar que:

- a) Os valores propostos devem incluir todos os custos diretos e indiretos necessários para a perfeita execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a: mão de obra, materiais, insumos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, transporte, equipamentos e quaisquer outras despesas incidentes.
- b) Declara ciência e plena concordância com as especificações técnicas e operacionais constantes do Termo de Referência, comprometendo-se a atender integralmente às exigências nele contidas.
- c) Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_ dias (mínimo 60 dias).

Observação:

A proposta deve prever assinatura física ou digital do representante legal, com nome legível e cargo.

**Divisão de Planejamento das Contratações**

**TERMO DE REFERENCIA**

**INFORMAÇÕES BÁSICAS**

Número do artefato: 017/2026-DPLANC/TCE/AP

Número do processo: TC/004953/2025-TCE/AP

UASG: 927045 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ (TCE/AP)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. **Definição do Objeto:** Aquisição de bandeiras oficiais, mastros, bases e rosetas, destinados à recomposição, padronização e atualização da identificação visual institucional do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, por meio de Sistema de Registro de Preços, conforme condições, especificações técnicas e quantitativos estabelecidos neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	Bandeira do Brasil – uso interno (Oxford, bordada, 1,12m x 1,60m)	Unid.	10
02	Bandeira do Brasil – uso externo (poliéster, sublimada, 1,12m x 1,60m)	Unid.	5
03	Bandeira do Estado do Amapá – uso interno (Oxford, bordada, 1,12m x 1,60m)	Unid.	10
04	Bandeira do Estado do Amapá – uso externo (poliéster, sublimada, 1,12m x 1,60m)	Unid.	5
05	Bandeira do TCE/AP – uso interno (Oxford, bordada, 1,12m x 1,60m)	Unid.	10
06	Bandeira do TCE/AP – uso externo (poliéster, sublimada, 1,12m x 1,60m)	Unid.	5
07	Bandeiras dos Municípios do Estado do Amapá – uso interno (Oxford, bordadas, 1,12m x 1,60m)	Unid.	32
08	Base para mastro – modelo individual (madeira de lei, verniz, encaixe simples)	Unid.	24
09	Base para mastro – modelo triplo (madeira de lei, verniz, três suportes)	Unid.	2
10	Mastro em alumínio (diâmetro 2,5 cm, altura 2,20m, ponteira metálica)	Unid.	32
11	Roseta para Bandeira do Brasil (cetim, 12 cm de diâmetro, cores oficiais)	Unid.	54

1.2. Os **bens** objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, e do Decreto Estadual nº 0463, de 26 de janeiro de 2022, recepcionado pela Resolução Executiva TCE/AP nº 100/2023.

1.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza estimativa da demanda, considerando que os itens serão adquiridos conforme necessidade institucional ao longo da vigência da ata, especialmente para reposição de bandeiras utilizadas em eventos, cerimônias e ambientes institucionais do Tribunal.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. A Ata de Registro de Preços e o eventual instrumento contratual dela decorrente oferecem maior detalhamento das regras aplicáveis à vigência da contratação.

**Divisão de Planejamento das Contratações**

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar nº 003/2026-DPLANC/TCE-AP, apêndice deste Termo de Referência, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea "b", da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A presente contratação enquadra-se no planejamento institucional descrito no item 62 do PCA 2026, considerando que os itens objeto deste Termo de Referência — bandeiras, mastros, bases e rosetas — integram o conjunto de materiais destinados à padronização da identificação visual institucional do Tribunal – item 62 (CERCOM).

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto, encontra-se descrita em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar, onde encontra-se respaldo na Lei n. 14.133 de 1º de abril de 2021, art. 18, §1º, VII, da Lei nº 14.133/2021.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. **Sustentabilidade:** além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os bens fornecidos não poderão conter substâncias nocivas à saúde humana ou ao meio ambiente em concentrações acima dos limites estabelecidos pela legislação vigente; e

4.1.2. A contratada deverá adotar práticas de uso racional de recursos durante o fornecimento, evitando desperdício de materiais e geração desnecessária de resíduos no transporte e na entrega dos bens.

4.2. **Da exigência de amostra:**

4.2.1. Não haverá exigência de apresentação de amostras nesta contratação, tendo em vista que as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar são suficientemente objetivas e mensuráveis para permitir a adequada verificação da conformidade dos bens no ato do recebimento, sem necessidade de avaliação prévia de protótipos.

4.3. **Subcontratação**

4.3.1. Não se admite subcontratação do objeto principal, admitindo-se apenas atividades acessórias que não descaracterizem a execução direta do fornecimento.

4.4. **Garantia da contratação**

4.4.1. Não haverá exigência de garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando tratar-se de aquisição de bens comuns de baixo valor estimado, cujas especificações objetivas e o regime de recebimento em duas etapas são suficientes para assegurar a adequada execução contratual, sem prejuízo ao erário.

4.5. **Reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte**

4.5.1. Considerando que o valor estimado da contratação é inferior ao limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecido no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a participação na presente licitação será restrita a microempresas e empresas de pequeno porte.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. **Condições de entrega:**

5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento, conforme o caso.

5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Administração, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

## **Divisão de Planejamento das Contratações**

5.1.3. Os bens deverão ser entregues na sede do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, na Coordenadoria de Cerimonial e Comunicação – CERCOM/TCE-AP, situada na Av. FAB, nº 900, Centro, Macapá/AP, CEP 68.900-922, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 13h30, previamente agendado com o setor responsável.

### **5.2. Garantia**

5.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal prevista na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (CDC), será de no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação, divergências de especificação e vícios de acabamento.

5.2.2. Caso o prazo de garantia oferecido pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste instrumento, a contratada deverá complementar a garantia pelo período restante.

5.2.3. Uma vez notificada, a contratada realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para retirada e devolução do item, a cargo da contratada.

5.2.4. O prazo indicado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da contratada, aceita pelo Contratante.

5.2.5. O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade da contratada.

5.2.6. Decorrido o prazo para substituição sem atendimento da solicitação do Contratante ou apresentação de justificativas pela contratada, fica o Contratante autorizado a adquirir os itens em substituição de outro fornecedor, exigindo da contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos demais bens fornecidos.

5.2.7. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo após expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **6.6. Preposto:**

6.6.1. A contratada deverá indicar, antes do início da execução do contrato, representante com poderes para receber notificações, prestar esclarecimentos e tomar decisões relativas ao fornecimento do objeto, mantendo canal de comunicação formal disponível durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos contratuais dela decorrentes.

### **6.7. Fiscalização:**

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos

**Divisão de Planejamento das Contratações**

respectivos substitutos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e na Resolução Executiva n.º 104/2023–TCE/AP.

**6.8. Fiscalização Técnica:**

6.8.1. Considerando a natureza do objeto contratual, o fiscal atuará de forma integrada, exercendo atribuições técnicas, administrativas e operacionais de modo cumulativo, preferencialmente no âmbito da Coordenadoria de Cerimonial e Comunicação – CERCOM/TCE-AP.

6.8.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.8.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.8.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, não implicando corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes.

6.8.5. Antes do pagamento da nota fiscal, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF, sendo exigidas, quando não regularizadas naquele sistema, a Certidão Negativa de Débito relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**6.9. Gestor do Contrato:**

6.9.1. Cabe ao gestor do contrato:

6.9.1.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.1.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.1.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.1.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9.1.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.9.1.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1. Recebimento:**

7.1.1. Os **bens** serão recebidos provisoriamente e definitivamente, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e na Resolução Executiva n.º 107/2023–TCE/AP.



**Divisão de Planejamento das Contratações**

7.1.2. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência quantitativa dos itens entregues, sem que isso implique aceitação do objeto contratual.

7.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade, conformidade técnica e quantidade dos bens, mediante termo detalhado.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**7.2. Liquidação:**

7.2.1. O prazo será de 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, nos termos do Resolução Executiva n.º 111/2023–TCE/AP.

7.2.2. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. o prazo de validade;

7.2.3.2. a data da emissão;

7.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.2.3.5. o valor a pagar; e

7.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



## **Divisão de Planejamento das Contratações**

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **7.3. Prazo de pagamento:**

7.3.1. O prazo será de 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa, nos termos do Resolução Executiva n.º 111/2023–TCE/AP.

7.3.2. Em caso de atraso no pagamento por parte do Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de preços de correção monetária.

### **7.4. Forma de pagamento:**

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável, independentemente do percentual eventualmente indicado na proposta independentemente do percentual de tributo inserido na planilha.

7.4.4. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, condicionado à apresentação de comprovação, por documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido.

### **7.5. Antecipação de pagamento:**

7.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

### **7.6. Cessão de crédito:**

7.6.1. Não será admitida a cessão de crédito na celebração do presente termo de contrato.

### **7.7. Reajuste:**

7.7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

7.7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E DE EXECUÇÃO**

### **8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **Divisão de Planejamento das Contratações**

8.2. **Forma de execução:** O fornecimento do objeto será parcelado, conforme demanda da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.3. **Critérios de aceitabilidade de preços:**

8.3.1. Será adotado o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos, conforme valores estimados constantes do Mapa Comparativo de Preços que instrui o processo, vedada a aceitação de proposta com valor unitário superior ao estimado para cada item.

8.3.2. Propostas com valor global acima do estimado total da contratação serão desclassificadas, independentemente do atendimento dos preços unitários máximos por item.

8.4. **Da aplicação da margem de preferência:**

8.4.1. Não cabe a aplicação da margem de preferência na presente contratação.

8.5. **Exigências de habilitação:**

8.5.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.5.1.1. Os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e social, bem como os de habilitação econômico-financeira poderão ser parcial ou totalmente substituídos pelo SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

8.5.1.2. Serão exigidos os documentos de habilitação listados abaixo, caso não estejam regularizados no SICAF.

8.5.2. **Habilitação jurídica:**

8.5.2.1. **Pessoa física:** Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5.2.2. **Empresário individual:** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.5.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.5.2.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.5.2.5. **Sociedade empresária estrangeira:** Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.5.2.6. **Sociedade simples:** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.5.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.5.2.8. **Sociedade cooperativa:** Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.5.2.8.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5.3. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

8.5.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.5.3.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão

## **Divisão de Planejamento das Contratações**

expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.5.3.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.5.3.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.5.3.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.5.3.1.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5.3.1.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

### **8.5.4. Qualificação Econômico-Financeira:**

8.5.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.5.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

### **8.5.5. Qualificação Técnica:**

8.5.5.1. Comprovação de aptidão para fornecimento de bens compatíveis em características com o objeto desta contratação, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento anterior de bandeiras, mastros ou materiais similares de identificação visual institucional.

**8.5.6. Não será exigido quantitativo mínimo para fins de qualificação técnica, considerando tratar-se de bens padronizados, de baixa complexidade técnica e com amplo mercado fornecedor.**

8.5.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, quando solicitado pela Administração.

### **8.5.8. Disposições gerais sobre habilitação:**

8.5.8.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.5.8.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.5.8.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.5.8.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

## **Divisão de Planejamento das Contratações**

8.5.8.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

#### **9.1. São obrigações do Contratante:**

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com este Termo de Referência e seus anexos;
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento;
- 9.1.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos, desconformidades ou irregularidades verificadas nos bens fornecidos, fixando prazo para substituição ou correção, às suas expensas;
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de gestor e fiscal formalmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, e da Resolução Executiva nº 104/2023-TCE/AP;
- 9.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- 9.1.6. Aplicar à contratada as sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste instrumento, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- 9.1.7. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do protocolo do requerimento, admitida prorrogação motivada por igual período, nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 9.1.8. Responder a eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro formulados pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do protocolo do pedido devidamente instruído;
- 9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, nem por danos causados a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **10. Obrigações da contratada**

- 10.1. **São obrigações da contratada** - a contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando ainda o seguinte:
  - 10.1.1. Entregar os bens acompanhados das respectivas notas fiscais, com identificação clara dos itens fornecidos, em perfeitas condições de uso e em conformidade com as especificações técnicas deste instrumento;
  - 10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos bens fornecidos, de acordo com o código de defesa do consumidor e com as condições de garantia estabelecidas neste termo de referência;
  - 10.1.3. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis antes da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, com a devida comprovação;
  - 10.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato e prestar todos os esclarecimentos e informações por eles solicitados;
  - 10.1.5. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou desconformidades com as especificações técnicas;
  - 10.1.6. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
  - 10.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no sicafe, entregar ao fiscal do contrato, junto com a nota fiscal, os documentos de regularidade exigidos no item 8 deste termo.

### **Divisão de Planejamento das Contratações**

10.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante nem pode onerar o objeto da contratação;

10.1.9. Manter, durante toda a vigência da ata de registro de preços e dos instrumentos contratuais dela decorrentes, todas as condições exigidas para habilitação;

10.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

10.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso ii, alínea "d", da lei nº 14.133, de 2021;

10.1.12. Não utilizar trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir o trabalho de menor de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres; e

10.1.13. Adotar medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual, em observância à lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

### **11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; ou
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Às infrações acima serão aplicadas as seguintes sanções:

11.2.1. advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar penalidade mais grave;

11.2.2. impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d", sempre que não se justificar penalidade mais grave;

11.2.3. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h", bem como nas alíneas "b", "c" e "d" que justifiquem penalidade mais grave; e

11.2.4. multa, nas seguintes modalidades:

11.2.4.1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.4.2. compensatória de 10% (dez por cento) do valor da contratação, nos casos de inexecução total; e

11.2.4.3. compensatória de 5% (cinco por cento) do valor da contratação, nos casos de inexecução parcial grave ou nas demais infrações previstas nas alíneas "e" a "h".

11.3. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, não excluindo a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou cobrada judicialmente, caso superior ao crédito existente em favor da contratada.

11.5. A aplicação de sanções será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa prévia, contado da data de intimação da

## **Divisão de Planejamento das Contratações**

contratada, observado o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados ao Contratante e a eventual implantação de programa de integridade pela contratada.

11.7. As sanções aplicadas serão registradas no SICAF e, quando cabível, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data de aplicação.

11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

12.1. A estimativa do valor da contratação foi definida com base na pesquisa de preços realizada no âmbito do processo, em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e à Resolução Executiva TCE/AP nº 105/2023, que disciplina os procedimentos para realização de pesquisa de preços no âmbito deste Tribunal.

12.2. Foram consultadas as seguintes fontes:

12.2.1. Pesquisa de preços no portal Bandeiras 1 ([www.bandeiras1.com.br](http://www.bandeiras1.com.br)), com obtenção de valores praticados no mercado privado;

12.2.2. Ata de Registro de Preços nº 290/2023 – Município de Terra Roxa/PR;

12.2.3. Ata de Registro de Preços nº 142/2025 – PMMA – São Paulo/SP; e

12.2.4. Sistema Banco de Preços, com pesquisa realizada entre 05/02/2026 e 06/02/2026.

12.3. Os valores unitários e totais estimados para cada item são os constantes do Mapa Comparativo de Preços, que integra o processo como documento instrutório, resultando no custo estimado total da contratação de **R\$ 43.107,57 (quarenta e três mil, cento e sete reais e cinquenta e sete centavos)**.

12.4. Após a coleta dos preços nas fontes indicadas, procedeu-se à análise crítica dos valores obtidos, com exclusão de eventuais valores discrepantes e cálculo da média aritmética simples das propostas consideradas válidas, resultando no valor estimado da contratação.

12.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas seguintes situações:

12.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021;

12.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.5.3. por reajuste, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

12.5.4. por repactuação, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. A presente contratação encontra respaldo no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 do TCE/AP, item 62 – CERCOM, que prevê recursos para fornecimento de material institucional padronizado para comunicação visual, eventos e identificação patrimonial.

13.2. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária será realizada no momento da assinatura do instrumento contratual, nos termos da Orientação Normativa AGU nº 20/2009, mantida pela Portaria AGU nº 575/2024.

13.3. As despesas relativas a exercícios financeiros subsequentes ficam condicionadas à existência de créditos aprovados na Lei Orçamentária Anual do Estado do Amapá para o período correspondente.

### **14. DISPOSIÇÕES FINAIS**



**Divisão de Planejamento das Contratações**

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

14.2. Em caso de divergência entre as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e as descrições registradas no [compras.gov.br](http://compras.gov.br), prevalecerão as especificações descritas neste instrumento.

**15. RESPONSÁVEIS**

15.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se na Resolução Executiva nº 108/2023–TCE/AP.

Macapá/AP, 30 de março de 2026.

**Demandante:**

**JANE MÁRCIA GOMES BARBOSA**  
Coordenadora de Comunicação e Cerimonial -TCE/AP  
(Assinado eletronicamente pelo e -TCE)

**Elaborador:**

**NAIARA BETANIA VASQUES VIANA**  
Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC/TCE/AP  
(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

**De acordo:**

**SIMONE APARECIDA ZANATTA**  
Chefe da Divisão de Planejamento das Contratações  
(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

**Divisão de Planejamento das Contratações**

**ANEXO I - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DE PREÇOS**

**1. FINALIDADE**

1.1. Este Anexo integra o Termo de Referência e tem por finalidade apresentar, de forma objetiva e consolidada, as especificações técnicas dos bens a serem adquiridos, os respectivos quantitativos estimados, os códigos do Catálogo de Materiais – CATMAT e os valores de referência apurados na pesquisa de preços que instrui o processo.

1.2. As descrições a seguir constituem parâmetros mínimos obrigatórios. O licitante deverá ofertar bens que atendam integralmente a cada requisito descrito, sendo a verificação realizada no ato do recebimento provisório e definitivo pelo fiscal designado.

**2. DISPOSIÇÕES GERAIS**

2.1. Todos os itens deverão ser entregues novos, sem uso anterior, devidamente embalados de forma a preservar sua integridade durante o transporte e armazenamento.

2.2. As bandeiras deverão observar as proporções, dimensões e padrões cromáticos estabelecidos na Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, e na Lei nº 8.421, de 11 de maio de 1992, quanto aos símbolos nacionais, e nas normas oficiais específicas quanto aos símbolos estaduais, municipais e institucionais.

2.3. Os materiais metálicos empregados em ilhoses, canoplas e sapatas deverão ser resistentes à corrosão, compatíveis com uso institucional contínuo.

2.4. Cada embalagem deverá conter identificação clara do item, incluindo denominação, dimensões e quantidade.

**3. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS**

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	V. UNIT	V. ESTIMADO
01	<b>Bandeira do Brasil – uso interno:</b> Bandeira nacional confeccionada em tecido Oxford de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com bordado de execução fiel aos símbolos e elementos gráficos oficiais, em conformidade com a Lei nº 5.700/1971 e a Lei nº 8.421/1992. Cores vivas e resistentes, sem desbotamento. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral para encaixe nos mastros. Destinada a ambientes internos. Embalada individualmente de forma a preservar a integridade do bordado.	88116330	Unid.	10	197,24	1.972,40
02	<b>Bandeira do Brasil – uso externo:</b> Bandeira nacional confeccionada em	88116330	Unid.	5	181,77	908,87



**Divisão de Planejamento das Contratações**

	tecido 100% poliéster de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com impressão por sublimação em alta definição, assegurando vivacidade e estabilidade das cores, resistência a intempéries, umidade e exposição solar, em conformidade com a Lei nº 5.700/1971 e a Lei nº 8.421/1992. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Destinada a mastros externos e ambientes abertos. Embalada individualmente.					
03	<b>Bandeira do Estado do Amapá – uso interno:</b> Bandeira do Estado do Amapá confeccionada em tecido Oxford de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com bordado de execução fiel à representação oficial dos símbolos estaduais. Cores vivas e resistentes. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Destinada a ambientes internos. Embalada individualmente de forma a preservar a integridade do bordado.	88116330	Unid.	10	139,42	1.394,23
04	<b>Bandeira do Estado do Amapá – uso externo:</b> Bandeira do Estado do Amapá confeccionada em tecido 100% poliéster de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com impressão por sublimação em alta definição, assegurando vivacidade e estabilidade das cores e resistência a intempéries. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Destinada a mastros externos e ambientes abertos. Embalada individualmente.	88116330	Unid.	5	122,75	613,76
05	<b>Bandeira do TCE/AP – uso interno:</b> Bandeira do Tribunal de Contas do Estado do Amapá confeccionada em tecido Oxford de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com bordado de execução fiel ao brasão e elementos gráficos oficiais da instituição. Cores	88116330	Unid.	10	159,30	1.593,03

**Divisão de Planejamento das Contratações**

	vivas e resistentes. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Destinada a ambientes internos. Embalada individualmente de forma a preservar a integridade do bordado.					
06	<b>Bandeira do TCE/AP – uso externo:</b> Bandeira do Tribunal de Contas do Estado do Amapá confeccionada em tecido 100% poliéster de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com impressão por sublimação em alta definição, assegurando vivacidade e estabilidade das cores e resistência a intempéries. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Destinada a mastros externos e ambientes abertos. Embalada individualmente.	88116330	Unid.	5	187,86	939,28
07	<b>Bandeiras dos Municípios do Estado do Amapá – uso interno:</b> Conjunto de 32 (trinta e duas) bandeiras municipais, correspondentes a cada um dos municípios do Estado do Amapá: Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho e Vitória do Jari. Cada unidade confeccionada em tecido Oxford de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com bordado de execução fiel aos símbolos e cores oficiais de cada município. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Embaladas individualmente, com identificação do município correspondente.	88116330	Unid.	32	235,30	7.529,44
08	<b>Base para mastro – modelo individual:</b> Base para mastro confeccionada em madeira de lei com acabamento em verniz, de formato circular, com altura de 70mm e diâmetro de 280mm, admitindo-se variação de até ±5%. Dotada de encaixe com canopla em aço	88120508	Unid.	24	331,89	7.965,36

**Divisão de Planejamento das Contratações**

	inoxidável para fixação de 1 (um) mastro de diâmetro de 2,5cm. Sapata em aço inoxidável na base inferior, garantindo estabilidade, proteção superficial e durabilidade do conjunto. Acabamento compatível com ambientes institucionais internos.					
09	<b>Base para mastro – modelo triplo:</b> Base para mastro confeccionada em madeira de lei com acabamento em verniz, com dimensões de 24cm x 16cm x 46cm (largura x altura x comprimento), admitindo-se variação de até $\pm 5\%$ . Dotada de 3 (três) suportes individualizados com canoplas em aço inoxidável, fixados por meio de 3 (três) orifícios destinados à sustentação simultânea de 3 (três) mastros de diâmetro de 2,5cm. Sapata em aço inoxidável na base inferior, garantindo estabilidade e durabilidade do conjunto. Acabamento compatível com uso institucional interno em ambientes cerimoniais.	88120508	Unid.	2	484,49	968,97
10	<b>Mastro em alumínio:</b> Mastro para bandeira confeccionado em alumínio, com diâmetro de 2,5cm e altura de 2,20m. Ponteira cônica em alumínio com 25cm de altura, de padrão institucional. Dotado de 2 (duas) presilhas para fixação nos ilhoses da bandeira e encaixes de redução interna nas extremidades para facilitar a montagem e desmontagem sem necessidade de ferramentas. Compatível com bandeiras nas dimensões 1,12m x 1,60m e com bases de encaixe de diâmetro 2,5cm. Acabamento uniforme e resistente ao uso contínuo em ambientes internos.	88120508	Unid.	32	377,46	12.078,83
11	<b>Roseta para Bandeira do Brasil:</b> Roseta decorativa para uso cerimonial, confeccionada em tecido cetim, com diâmetro total de 12cm. Borda em cetim verde com largura de 3cm, miolo em cetim amarelo com 3cm e botão central em cetim azul com 2,5cm de diâmetro, reproduzindo as cores nacionais oficiais. Faixas pendentes em cetim com comprimento de 53cm e franja	88121890	Unid.	54	132,29	7.143,39

**Divisão de Planejamento das Contratações**

de 3cm, nas cores verde na lateral externa e amarela na parte interna. Acabamento com costura reforçada e estrutura que preserve a forma circular. Embalada individualmente de forma a preservar a integridade das faixas e franjas.					
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>					<b>R\$ 43.107,57</b>

3.1. O valor total estimado da contratação, apurado com base na média aritmética dos preços coletados em quatro fontes independentes, é de R\$ 43.107,57 (quarenta e três mil, cento e sete reais e cinquenta e sete centavos), distribuído conforme os quantitativos e preços unitários constantes da tabela acima, os quais constituem o teto máximo aceitável para fins de julgamento das propostas.

#### **4. REFERÊNCIA VISUAL**

4.1. Os modelos de referência visual das bandeiras de cada ente — Brasil, Estado do Amapá, TCE/AP e Municípios — serão encaminhados pela CERCOM/TCE-AP por ocasião da emissão de cada Ordem de Fornecimento, considerando que os padrões cromáticos e simbólicos oficiais de cada bandeira constituem, por si sós, especificação suficiente para a confecção, nos termos da Lei nº 5.700/1971 e das normas oficiais específicas aplicáveis.

#### **5. CONCLUSÃO**

5.1. Os itens descritos neste Anexo compõem o conjunto mínimo necessário à recomposição, padronização e atualização da identificação visual institucional do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, conforme necessidade identificada pela Coordenadoria de Cerimonial e Comunicação – CERCOM e devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar nº 003/2026-DPLANC/TCE-AP.

5.2. Os quantitativos registrados têm natureza estimativa, não obrigando a Administração à contratação integral dos itens, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.

**MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO N.º .../2026-TCE/AP**

**Processo Eletrônico n. TC/004953/2025-TCE/AP**

**FORNECIMENTO DE BENS QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO AMAPÁ E A EMPRESA  
XXXXXXXXXX, PARA OS FINS NELE  
DECLARADOS.**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO**

Nº OS	Xx/2026-SETOR/TCE-AP
DATA DE EMISSÃO	
SOLICITANTE	
NOTA DE EMPENHO	
FUNDAMENTO LEGAL	Art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, c/c art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 1.716/2023
TERMO DE REFERÊNCIA	TR nº [A COMPLEMENTAR]/2026-DPLANC/TCE/AP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	ARP nº [A COMPLEMENTAR]/2026-TCE/AP

**2. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA**

RAZÃO SOCIAL		CNPJ	
REPRESENTANTE LEGAL		CPF	
E-MAIL		TELEFONE	
RESPONSÁVEL TÉCNICO		TELEFONE	

**3. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

3.1. Fornecimento de bandeiras oficiais, mastros, bases e rosetas, destinados à recomposição, padronização e atualização da identificação visual institucional do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, conforme especificações do Termo de Referência integrante do Processo TC/004953/2025-TCE/AP e proposta comercial aceita

3.2. Os itens a serem fornecidos são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	V. UNIT	V. ESTIMADO
01	Bandeira do Brasil – uso interno (Oxford, bordada)	88116330	Unid.	10		
02	Bandeira do Brasil – uso externo (poliéster, sublimada)	88116330	Unid.	5		
03	Bandeira do Estado do Amapá – uso interno (Oxford, bordada)	88116330	Unid.	10		
04	Bandeira do Estado do Amapá – uso externo (poliéster, sublimada)	88116330	Unid.	5		
05	Bandeira do TCE/AP – uso interno (Oxford, bordada)	88116330	Unid.	10		
06	Bandeira do TCE/AP – uso externo (poliéster, sublimada)	88116330	Unid.	5		
07	Bandeiras dos Municípios do Estado do Amapá – uso interno (Oxford, bordadas)	88116330	Unid.	32		



08	Base para mastro – modelo individual	88120508	Unid.	24		
09	Base para mastro – modelo triplo	88120508	Unid.	2		
10	Mastro em alumínio	88120508	Unid.	32		
11	Roseta para Bandeira do Brasil	88121890	Unid.	54		
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>						

3.3. Os modelos de referência visual das bandeiras de cada ente serão fornecidos pela Coordenadoria de Cerimonial e Comunicação – CERCOM/TCE-AP por ocasião do recebimento desta Ordem de Fornecimento, nos termos do Anexo I do Termo de Referência.

#### **4. CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO**

4.1. Local de entrega: Coordenadoria de Cerimonial e Comunicação – CERCOM/TCE-AP, Avenida FAB, nº 900, Centro, Macapá/AP, CEP 68.900-922, em dias úteis, das 7h30 às 13h30.

4.2. Os bens deverão ser entregues novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais adequadas, que garantam a integridade dos bordados, sublimações e acabamentos, com identificação do item correspondente em cada embalagem.

4.3. Serão rejeitados os bens que apresentarem divergência em relação às especificações técnicas constantes do Termo de Referência, inclusive quanto a dimensões, materiais, técnicas de confecção, ilhoses e acabamentos.

4.4. Contratada deverá manter canal de comunicação formal disponível durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos contratuais dela decorrentes.

#### **5. VALOR E PAGAMENTO**

VALOR GLOBAL	R\$ [A COMPLEMENTAR]
REGIME	Preço unitário por item
FORMA DE PAGAMENTO	Parcela única
PRAZO DE PAGAMENTO	Até 10 dias úteis após a liquidação da Nota Fiscal

5.1. O pagamento fica condicionado à apresentação dos seguintes documentos: Nota Fiscal correspondente ao fornecimento realizado; Termo de Recebimento Definitivo assinado pelo Fiscal; e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do item 7.1.7 do Termo de Referência.

5.2. A liquidação ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal devidamente instruída, nos termos da Resolução Executiva nº 111/2023-TCE/AP.

5.3. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação, por meio de ordem bancária em conta indicada pela Contratada, observada a ordem cronológica de pagamentos do TCE/AP e as retenções tributárias legais cabíveis.

#### **6. Obrigações das partes**

6.1. As obrigações das partes estão estabelecidas nos itens 9 e 10 do Termo de Referência nº [A COMPLEMENTAR]/2026-DPLANC/TCE/AP, integrante do Processo TC/004953/2025-TCE/AP, ao qual esta Ordem de Fornecimento se vincula.

6.2. Sem prejuízo do disposto no Termo de Referência, compete ao Contratante, no âmbito desta Ordem de Fornecimento:

6.2.1. Fornecer à Contratada, no ato do recebimento deste instrumento, os modelos de referência visual das bandeiras de cada ente — Brasil, Estado do Amapá, TCE/AP e Municípios —, nos termos do item 5.2 do Anexo I do Termo de Referência;

6.2.2. Designar o fiscal e o gestor responsáveis pelo acompanhamento do fornecimento, com identificação no rodapé deste instrumento.

6.3. Sem prejuízo do disposto no Termo de Referência, a Contratada deverá, no âmbito desta Ordem de Fornecimento:

6.3.1. Iniciar a produção imediatamente após o recebimento deste instrumento e dos modelos de referência visual fornecidos pelo Contratante;

6.3.2. Comunicar ao Fiscal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista para entrega, qualquer fato que impossibilite o cumprimento do prazo estabelecido, com a devida

comprovação.

## **7. PRAZOS DE RECEBIMENTO E EXECUÇÃO**

7.1. Prazo de entrega: 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento desta Ordem de Fornecimento, nos termos do item 5.1 do Termo de Referência.

7.2. Recebimento provisório: ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência quantitativa e verificação das condições externas de acondicionamento pelo Fiscal designado, com lavratura do respectivo Termo.

7.3. Recebimento definitivo: ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, após verificação qualitativa da conformidade dos bens com as especificações técnicas do Termo de Referência, nos termos da Resolução Executiva nº 107/2023-TCE/AP.

7.4. Constatada inconformidade durante o recebimento definitivo, a Contratada será notificada e terá prazo de 10 (dez) dias úteis para substituição dos bens rejeitados, sem ônus para o TCE/AP.

7.5. A garantia dos bens fornecidos é de 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo, complementarmente ao prazo estabelecido no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor. Constatado vício dentro do prazo de garantia, a Contratada deverá efetuar a substituição em até 10 (dez) dias úteis da notificação.

## **8. SANÇÕES APLICÁVEIS**

8.1. Em caso de descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ordem de Fornecimento, a Contratada ficará sujeita às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e no item 11 do Termo de Referência, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

INFRAÇÃO	SANÇÃO APLICÁVEL
Atraso injustificado na entrega	Multa moratória de 0,5% por dia sobre o valor total do item em atraso, até o limite de 30 dias
Entrega em desconformidade com as especificações técnicas	Notificação para substituição + multa compensatória de 5% se não regularizado no prazo fixado pelo fiscal
Entrega de bens com materiais ou técnicas de confecção divergentes do especificado	Rejeição imediata + substituição obrigatória + multa
Descumprimento do prazo de garantia (substituição em 10 dias úteis)	Multa + desconto proporcional em pagamentos futuros ou na garantia contratual, se exigida
Inexecução parcial do objeto	Multa compensatória de 5% sobre o valor da parcela inexecutada + advertência ou suspensão
Inexecução total do objeto	Multa compensatória de 10% sobre o valor total + declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar

8.2. As sanções poderão ser cumulativas e serão registradas no SICAF, no CEIS e no CNEP, nos termos do item 11 do Termo de Referência.

## **9. CASOS OMISSOS**

9.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições da Lei nº 14.133/2021, das Resoluções Executivas do TCE/AP, em especial a Resolução Executiva nº 102/2023-TCE/AP, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

## **10. FORO**

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Macapá, Estado do Amapá, para dirimir os litígios decorrentes da execução deste instrumento que não puderem ser compostos administrativamente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Macapá, xx de xxxx de 2026.





# Tribunal de Contas do Estado do Amapá

FISCAL DO CONTRATO Nome: Matrícula: Portaria:	GESTOR DO CONTRATO Nome: Matrícula: Portaria:	EMPRESA Nome: CPF: Função:
--	--	-------------------------------------

Elaborado por:

**NAIARA BETANIA VASQUES VIANA**

Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC/TCE-AP  
**(Assinado Eletronicamente pelo e -TCE)**

De acordo:

**SIMONE APARECIDA ZANATTA**

Chefe da Divisão de Planejamento das Contratações  
**(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)**





**TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO AMAPÁ**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. XXX/2026-TCE/AP**

**PROCESSO ELETRÔNICO N. TC/004953/2025-TCE/AP**

**PREGÃO, na forma ELETRÔNICA-SRP N. XXX/2026-TCE/AP**

**VALIDADE: 12 (doze) meses**

**HIPÓTESE PARA A ADOÇÃO DO SRP: Art. 3º, incisos I e III do Decreto Estadual nº 1.716/2023.**

O **Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP**, inscrito no CNPJ nº 34.870.246/0001-36, com sede na Avenida FAB, nº 900, Centro, Macapá/AP, CEP 68.906-922, sítio eletrônico [www.tce.ap.gov.br](http://www.tce.ap.gov.br), doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado por seu Presidente, Conselheiro [A COMPLEMENTAR], considerando a homologação do Pregão Eletrônico nº [A COMPLEMENTAR]/2026-TCE/AP, realizado em [A COMPLEMENTAR], constante nos autos do Processo Eletrônico nº TC/004953/2025-TCE/AP, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta Ata de Registro de Preços nº [A COMPLEMENTAR]/2026-TCE/AP, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas especificações e quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e seus anexos, sujeitando-se as partes às disposições do art. 37, XXI, da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 1.716/2023, das Resoluções Executivas do TCE/AP e, subsidiariamente, no que couber, da Lei nº 8.078/1990 — Código de Defesa do Consumidor, em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de bandeiras oficiais, mastros, bases e rosetas, destinados à recomposição, padronização e atualização da identificação visual institucional do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, conforme especificados no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº [A COMPLEMENTAR]/2026 – TCE/AP, que integra esta Ata independentemente de transcrição, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições, nos termos do art. 15 do Decreto Estadual nº 1.716/2023 c/c o art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que se seguem:

2.2. O fornecedor classificado é o seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT.	V. UNIT	V. ESTIMADO
01	<b>Bandeira do Brasil – uso interno:</b> Bandeira nacional confeccionada em tecido Oxford de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com bordado de execução fiel aos símbolos e elementos gráficos oficiais, em conformidade com a Lei nº 5.700/1971 e a Lei nº 8.421/1992. Cores vivas e resistentes, sem desbotamento. Acabamento nas bordas com	88116330	Unid.	10		



**TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO AMAPÁ**

	costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral para encaixe nos mastros. Destinada a ambientes internos. Embalada individualmente de forma a preservar a integridade do bordado.					
02	<b>Bandeira do Brasil – uso externo:</b> Bandeira nacional confeccionada em tecido 100% poliéster de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com impressão por sublimação em alta definição, assegurando vivacidade e estabilidade das cores, resistência a intempéries, umidade e exposição solar, em conformidade com a Lei nº 5.700/1971 e a Lei nº 8.421/1992. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Destinada a mastros externos e ambientes abertos. Embalada individualmente.	88116330	Unid.	5		
03	<b>Bandeira do Estado do Amapá – uso interno:</b> Bandeira do Estado do Amapá confeccionada em tecido Oxford de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com bordado de execução fiel à representação oficial dos símbolos estaduais. Cores vivas e resistentes. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Destinada a ambientes internos. Embalada individualmente de forma a preservar a integridade do bordado.	88116330	Unid.	10		
04	<b>Bandeira do Estado do Amapá – uso externo:</b> Bandeira do Estado do Amapá confeccionada em tecido 100% poliéster de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m,	88116330	Unid.	5		



**TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO AMAPÁ**

	com impressão por sublimação em alta definição, assegurando vivacidade e estabilidade das cores e resistência a intempéries. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Destinada a mastros externos e ambientes abertos. Embalada individualmente.					
05	<b>Bandeira do TCE/AP – uso interno:</b> Bandeira do Tribunal de Contas do Estado do Amapá confeccionada em tecido Oxford de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com bordado de execução fiel ao brasão e elementos gráficos oficiais da instituição. Cores vivas e resistentes. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Destinada a ambientes internos. Embalada individualmente de forma a preservar a integridade do bordado.	88116330	Unid.	10		
06	<b>Bandeira do TCE/AP – uso externo:</b> Bandeira do Tribunal de Contas do Estado do Amapá confeccionada em tecido 100% poliéster de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com impressão por sublimação em alta definição, assegurando vivacidade e estabilidade das cores e resistência a intempéries. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Destinada a mastros externos e ambientes abertos. Embalada individualmente.	88116330	Unid.	5		
07	<b>Bandeiras dos Municípios do Estado do Amapá – uso interno:</b> Conjunto de 32 (trinta e duas)	88116330	Unid.	32		



**TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO AMAPÁ**

	bandeiras municipais, correspondentes a cada um dos municípios do Estado do Amapá: Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho e Vitória do Jari. Cada unidade confeccionada em tecido Oxford de 1ª linha, dupla face, na proporção de 2,5 panos, medindo 1,12m x 1,60m, com bordado de execução fiel aos símbolos e cores oficiais de cada município. Acabamento nas bordas com costura dupla reforçada. Ilhoses em metal resistente à corrosão, fixados na lateral. Embaladas individualmente, com identificação do município correspondente.					
08	<b>Base para mastro – modelo individual:</b> Base para mastro confeccionada em madeira de lei com acabamento em verniz, de formato circular, com altura de 70mm e diâmetro de 280mm, admitindo-se variação de até $\pm 5\%$ . Dotada de encaixe com canopla em aço inoxidável para fixação de 1 (um) mastro de diâmetro de 2,5cm. Sapata em aço inoxidável na base inferior, garantindo estabilidade, proteção superficial e durabilidade do conjunto. Acabamento compatível com ambientes institucionais internos.	88120508	Unid.	24		
09	<b>Base para mastro – modelo triplo:</b> Base para mastro confeccionada em madeira de lei com acabamento em verniz, com dimensões de 24cm x 16cm x 46cm (largura x altura x comprimento), admitindo-se variação de até $\pm 5\%$ . Dotada de 3 (três) suportes individualizados com canoplas em aço inoxidável, fixados por meio de 3 (três) orifícios destinados à sustentação	88120508	Unid.	2		



**TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO AMAPÁ**

	simultânea de 3 (três) mastros de diâmetro de 2,5cm. Sapata em aço inoxidável na base inferior, garantindo estabilidade e durabilidade do conjunto. Acabamento compatível com uso institucional interno em ambientes cerimoniais.					
10	<b>Mastro em alumínio:</b> Mastro para bandeira confeccionado em alumínio, com diâmetro de 2,5cm e altura de 2,20m. Ponteira cônica em alumínio com 25cm de altura, de padrão institucional. Dotado de 2 (duas) presilhas para fixação nos ilhoses da bandeira e encaixes de redução interna nas extremidades para facilitar a montagem e desmontagem sem necessidade de ferramentas. Compatível com bandeiras nas dimensões 1,12m x 1,60m e com bases de encaixe de diâmetro 2,5cm. Acabamento uniforme e resistente ao uso contínuo em ambientes internos.	88120508	Unid.	32		
11	<b>Roseta para Bandeira do Brasil:</b> Roseta decorativa para uso cerimonial, confeccionada em tecido cetim, com diâmetro total de 12cm. Borda em cetim verde com largura de 3cm, miolo em cetim amarelo com 3cm e botão central em cetim azul com 2,5cm de diâmetro, reproduzindo as cores nacionais oficiais. Faixas pendentes em cetim com comprimento de 53cm e franja de 3cm, nas cores verde na lateral externa e amarela na parte interna. Acabamento com costura reforçada e estrutura que preserve a forma circular. Embalada individualmente de forma a preservar a integridade das faixas e franjas.	88121890	Unid.	54		
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>						

**2.3. O fornecedor classificado é o seguinte:**

<b>1º Classificada – Empresa detentora da ARP</b>	
Razão Social:	CNPJ:



**TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO AMAPÁ**

Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Endereço Eletrônico:		
Representante:		
RG n.º/Órgão Expedidor/UF:		CPF n.º:

2.4. Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o objeto registrado nesta ATA pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, esta integrará o **Cadastro Reserva**, consoante os incisos I e III, §2º do art.13 do Decreto Estadual n.º 1.716/2023.

2.5. Aceitaram a fornecer o objeto registrado nesta ATA pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, os seguintes fornecedores:

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	ITEM	QUANTIDADE REGISTRADA	V.UNITÁRIO	V. MENSAL	TOTAL

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços será o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ, que exercerá suas atribuições por intermédio da Coordenadoria de Compras e Contratos.

3.2. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### 4. DAS ADESÕES A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. Para que o Órgão Gerenciador realize manifestação sobre a possibilidade de adesão, os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços deverão encaminhar solicitação através do Portal de Compras do Governo Federal [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br), observados os seguintes requisitos:

4.2.1. Número do pregão eletrônico, número da ata de registro de preços, especificação técnica do item na ARP, marca, modelo, fabricante, quantidade solicitada, valor unitário e valor total da solicitação.

4.2.2. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

4.2.3. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.4. Ofício assinado pela autoridade competente do órgão ou entidade não participante, formalizando o pedido de adesão e autorizando expressamente a realização da contratação.

4.2.5. Caso seja o interesse do interessado, poderá ser enviado concomitantemente ao sistema, mensagem eletrônica dirigida ao endereço [cpl@tce.ap.gov.br](mailto:cpl@tce.ap.gov.br), informando o número da ARP, o item pretendido, a quantidade solicitada e o número do processo administrativo correspondente.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor:

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da



ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

**4.7. Dos limites para as adesões:**

4.7.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**4.8. Vedação a acréscimo de quantitativos:**

4.8.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.9. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **5. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.4. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.7.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.7.2.2. Mantiverem sua proposta original;

5.7.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.8. O registro a que se refere o item 5.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas

propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.7.2.2, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.10.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.10.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.12. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.13. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.14. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.15. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.10, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.16. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.7.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.16.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.16.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.17. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo



superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado:

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso:

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.9.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na ata poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 28 do Decreto Estadual nº 1.716/2023.

8.5. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do

quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento implique local de entrega ou de prestação de serviços em município distinto do originariamente previsto, ou envolva órgãos ou entidades de Estados distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento, nos termos do art. 24, §5º, do Decreto Estadual nº 1.716/2023.

## **9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no art. 19, §2º, do Decreto Estadual nº 1.716/2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021:

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos arts. 18, §3º, e 19, §4º, do Decreto Estadual nº 1.716/2023.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

10.1. O órgão gerenciador, sem prejuízo das atribuições previstas no art. 5º do Decreto Estadual nº 1.716/2023, obriga-se a:

10.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, indicando, sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações do objeto registrado, observada a ordem de classificação da licitação;

10.1.2. Verificar, durante toda a vigência da ata, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.1.3. Conduzir os procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às condições de mercado, e os procedimentos de aplicação de penalidades aos fornecedores;

10.1.4. Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços registrados na ata;

10.1.5. Comunicar aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata sobre eventuais reduções ou alterações nos preços registrados, para que avaliem a necessidade de revisão contratual, nos termos dos arts. 18, §4º, e 19, §6º, do Decreto Estadual nº 1.716/2023;

10.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na ata de registro de

preços.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES PARTICIPANTES**

11.1. Cabe aos órgãos e as entidades participantes, além dos incisos consignados no art. 6º do Decreto Estadual n.º 1.716/2023, o que se segue:

11.1.1. Deverão tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços – ARP, inclusive de eventuais alterações para o correto cumprimento de suas disposições;

11.1.2. Designar o gestor e o fiscal do contrato, a quem compete zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações contratualmente assumidas, inclusive pela solicitação de aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do art. 6º, IX, do Decreto Estadual n.º 1.716/2023.

11.1.3. Promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação dos beneficiários, os quantitativos disponíveis e os preços a serem praticados;

11.1.4. Informar ao órgão gerenciador a eventual recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas no edital e firmadas na Ata de Registro de Preços - ARP, as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens licitados, bem como a recusa em assinar o contrato para fornecimento de bem ou prestação de serviços;

11.1.5. Aplicar, observada a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador; e

11.1.6. Prestar informações ao órgão gerenciador, quando solicitadas, quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade, nos termos do art. 6º, VII, do Decreto Estadual n.º 1.716/2023.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ARP**

12.1. A detentora da ARP, além do integral cumprimento das disposições constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital, obriga-se a:

12.1.1. Manter atualizados, durante toda a vigência da ata, os dados de contato — telefone, endereço eletrônico e preposto —, comunicando ao TCE/AP qualquer alteração no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

12.1.2. Indicar novo preposto, por meio de ofício endereçado à Coordenadoria de Compras e Contratos do TCE/AP, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da substituição daquele anteriormente indicado na proposta;

12.1.3. Manifestar-se, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação, quanto à aceitação ou não do fornecimento a órgão ou entidade não participante que venha a manifestar interesse em aderir à ata, nos termos da Cláusula Segunda desta ARP;

12.1.4. Manter, durante toda a vigência da ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando os documentos comprobatórios sempre que solicitado pelo órgão gerenciador;

12.1.5. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações decorrentes desta ata, sem autorização expressa do TCE/AP.

## **13. DAS PENALIDADES**

13.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

13.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

13.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata, nos termos do art. 5º, §2º, do Decreto Estadual n.º 1.716/2023, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação



**TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO AMAPÁ**

da penalidade, nos termos do art. 6º, V, do mesmo Decreto.

13.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

#### **14. DA PUBLICIDADE**

14.1. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o extrato da presente ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, com indicação do número da licitação, do objeto e do endereço do portal onde poderão ser obtidas as informações detalhadas, nos termos do art. 14, §2º, do Decreto Estadual nº 1.716/2023, bem como no sítio oficial do TCE/AP na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 8º, caput, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, V, do Decreto nº 7.724/2012, e no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AP, nos termos da Resolução Executiva nº 106/2023-TCE/AP.

#### **15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico nº [A COMPLEMENTAR]/2026-TCE/AP e as propostas com preços, quantidades, especificações técnicas e marca/modelo do objeto registrado.

15.2. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

15.3. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Macapá, Estado do Amapá, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.4. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Ata, aplicam-se as regras do art. 183 da Lei nº 14.133/2021, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento, com prorrogação automática para o primeiro dia de expediente administrativo quando o vencimento recair em dia sem expediente.

15.5. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e assinada eletronicamente pelas partes, nos termos da Resolução Executiva nº 108/2023-TCE/AP, com observância do horário oficial de Brasília, encaminhando-se cópia aos demais órgãos participantes, se houver.

Macapá-AP, xx de xxxxxx de 2026.

<b>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO AMAPÁ</b> Conselheiro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Presidente do TCE/AP (Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)	<b>DETENTORA DA ATA</b> CNPJ n. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxx CPF n. xxxxxxxxxxxxxxxxx <b>Representante Legal</b>
--	--

#### **RESPONSÁVEIS:**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se na Resolução Executiva n. 108/2023 - TCE/AP.

#### **Elaborado por:**

**NAIARA BETANIA VASQUES VIANA**  
Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC/TCE-AP  
(Assinado Eletronicamente pelo e -TCE)

#### **De acordo:**

**SIMONE APARECIDA ZANATTA**  
Chefe da Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC/TCE-AP  
(Assinado Eletronicamente pelo e -TCE)

**SETOR DE CONTRATAÇÕES – TCE/AP**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026**

**JUNTADO:**

**Termo de Referência - Equipe de elaboração:**

Jane Márcia Gomes Barbosa  
Coordenadora de Comunicação Cerimonial  
(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

NAIARA BETANIA VASQUES VIANA  
Divisão de Planejamento das Contratações  
(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

SIMONE APARECIDA ZANATTA  
Chefe da Divisão de Planejamento das Contratações  
(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

**Elaboração Minuta do Edital**

NAIARA BETANIA VASQUES VIANA  
Divisão de Planejamento das Contratações  
(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

**Agente de Contratação:**

José Guilherme Santos Farias  
Agente de Contratação  
(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)